

CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 110ª REUNIÃO

Data: 29 e 30 de junho 2009.

Local: Agência Nacional de Águas – ANA – Setor Policial Área 05 Quadra 03 – Bloco “M” (Sala de Vidro), em Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

1. Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br);
2. Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio - Conselheiro (hugo.suarez@gmail.com);
3. Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad - Conselheiro (rodrigo.massad@cidades.gov.br);
4. Ministério da Integração Nacional: Irani Braga Ramos (irani.ramos@integracao.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro (marley.mendonca@mma.gov.br);
6. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
7. Ministério de Minas e Energia: Adriano Jeronimo da Silva - (adriano.silva@mme.gov.br);
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Neusa Maria Marcondes Viana de Assis (neusaassis@sp.gov.br);
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: Robson Vieira Santiago (robson.santiago@inga.ba.gov.br);
10. Irrigantes: Wilson A. Bonança (wbonanca@srjundiai.com.br);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br);
12. Indústrias: Maria de Lourdes P. Santos - Conselheira (maria.lourdes.santos@vale.com);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: Marcus Vinícius Lopes da Silva (cbh.mogi@terra.com.br);
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Elisa Maria Lima Meirelles (elisa@ecodata.org.br);
16. Organizações Não Governamentais: João Climaco (climaco@uai.com.br);
17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Paulo Renato Paim (prpaim@terra.com.br);

DEMAIS PRESENTES:

1. Claudia Alves de Magalhães – MMA / SMCQ (claudia.magalhaes@mma.gov.br);
2. Diândria Daia - Elabore Consultoria Ambiental (diandria.daia@elabore.com.br);
3. Rachel Landgraf – MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br);
4. Breno Bereson Santos – SEMARH / Sergipe (brenoberesonsantos@semarh.se.gov.br);

- 53 5. Mauri Cesar B. Pereira – ANA (mauri.pereira@ana.gov.br);
54 6. Mauricio Andres – ANA (marcio.andres@ana.gov.br);
55 7. Maria Aparecida Vargas – BRASCAN (vargasma@terra.com.br);
56 8. Vanessa Empinotti – CNI (vempinotti@cni.org.br);
57 9. André Pol – Instituto Ipanema (andrepol@infovinil.com.br);
58 10. Breno Lasmal – IGAM - MG (breno.lasmar@meioambiente.mg.gov.br)
59
60

61 **RELATORIA:**

- 62 ■ Rosângela de Souza Santos - Secretaria Executiva do CNRH
63 (rosangela.santos@mma.gov.br);
64 ■ Guilherme Alves da Silva Neto - Secretaria Executiva do CNRH
65 (guilherme.neto@mma.gov.br)
66
67
68

69 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

70 Às 10h00 do dia 29 de junho de 2009, iniciou-se a 110ª Reunião da Câmara Técnica de
71 Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos -
72 CNRH, para tratamento da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**
73 **(SRHU/MMA)**, presidente da CTIL, saudou os presentes e declarou abertos os trabalhos.
74 Registra-se que todas as inversões de pauta foram acordadas entre os participantes. **Item 1 -**
75 **Informes:** a Secretaria Executiva do CNRH prestou os seguintes informes: a Sra. **Rosângela**
76 **Santos (SRHU/MMA)** informou que encaminhou os documentos complementares,
77 solicitados pelos membros na reunião anterior, sobre a Convenção Hidrográfica Internacional,
78 bem como os documentos sobre o GT Água e Floresta. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**
79 **(SRHU/MMA)** consultou aos membros se gostariam de realizar algum informe. O Sr.
80 **Marcus Vinícius (Comitês)** informou a respeito da implantação do Comitê de Integração da
81 Bacia do Rio Grande, no qual um grupo de coordenação já foi criado e empossado no mês de
82 abril, com o intuito de estabelecer essa implantação, e que sua 2ª reunião já foi agendada. A
83 previsão é trazer à CTIL, até o próximo mês de outubro, a proposta do Comitê de Integração
84 de Comitês Paulistas e Mineiros. A Sra. **Maria de Lourdes Santos (Indústrias)** informou
85 que o Projeto de Lei 4762/2009, após ter sido analisado pela Comissão do Meio Ambiente,
86 ficou dispensado de ir ao Plenário, conforme último acompanhamento. Solicitou atenção
87 especial a esse PL, que está tramitando na Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada
88 paulista Luciana de Almeida Costa- PR/SP, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de
89 janeiro de 1997, que dispõe sobre a utilização de recursos hídricos e dá outras providências”.
90 O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** solicitou ao Sr. **Maurício Abijaodi**
91 **Lopes (ANA)** que verifique a possibilidade da Assessoria Parlamentar da ANA prestar
92 informações sobre a tramitação do PL 4762/2009 para a CTIL, no que foi atendido, tendo as
93 informações solicitadas sido prestadas pelo Sr. Sebastião Carneiro, da Assessoria Parlamentar
94 da ANA. Não havendo mais informes, passou-se para o segundo item da pauta. **Item 2 -**
95 **Eleição da nova Presidência da CTIL** Foi realizada a eleição do novo presidente da CTIL
96 para o mandato de 30/06/2009 à 30/06/2010. A Sra. **Neusa Maria Assis (Conselhos**
97 **Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo)** indicou a permanência do
98 Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** na presidência, endossada pelo Sr.
99 **Marcus Vinícius (Comitês)**, o que foi aprovado por todos. O Sr. **Márley Caetano de**
100 **Mendonça (SRHU/MMA)** agradeceu a renovação de seu mandato. **Item 3 - Apreciação da**
101 **ata da 109ª reunião da CTIL** Foram realizadas algumas modificações no texto da ata para
102 melhor entendimento. O Sr. **Fred Crawford (Ministério dos Transportes)** solicitou que as
103 atas voltassem a ser mais detalhadas, para preservação das discussões realizadas nas reuniões,
104 uma vez que não mais haverá a gravação das mesmas. A Sra. **Sonáli Oliveira**

105 **(Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)** sugeriu que se voltasse a colocar
106 um resumo dos encaminhamentos da reunião ao final de cada ata, conforme era realizado
107 anteriormente, bem como que se buscassem um ponto de equilíbrio entre o detalhamento
108 excessivo e a escassez de informações. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)**
109 informou que ao final de cada ata será inserido o resumo dos encaminhamentos e dos itens
110 decididos nas reuniões, conforme era realizado anteriormente. Acrescentou também, que foi
111 acordado na reunião com os presidentes de Câmaras Técnicas, que as atas seriam mais
112 resumidas, com destaque para os encaminhamentos. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**
113 **(SRHU/MMA)** ressaltou que caso algum membro queira que conste em ata o seu
114 pronunciamento, que ele solicite a inclusão, desde que se trate de assuntos relevantes, que
115 requeiram o registro. A ata foi aprovada com alterações. A Sra. **Maria de Lourdes Santos**
116 **(Indústrias)** solicitou inversão do item 4 da pauta, a pedido da Sra. **Vanessa Empinotti**
117 **(CNI)**, que ainda não havia chegado, por atraso em seu deslocamento até a reunião. A Sra.
118 **Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** informou que os representantes da CTCOST não poderiam
119 permanecer no período da tarde por compromissos profissionais. Sendo assim, a ordem da
120 pauta foi mantida. Passou-se ao item 4. **Item 4 – Proposta de Resolução da CTCOST -**
121 **Estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos**
122 **de regiões que contenham trechos da zona costeira** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**
123 **(SRHU/MMA)** informou que recebeu, no dia 22 de junho de 2009, email enviado pela ANA
124 com parecer referente à proposta de resolução da CTCOST. A mensagem dizia que a ANA se
125 encontrava em fase de contratação de modelagem técnica e institucional de integração e
126 articulação do gerenciamento costeiro com a gestão de recursos hídricos, em razão do
127 detalhamento do Programa 9 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, considerando
128 extemporânea a tentativa de antecipar o tema. A mensagem informou ainda que a CTCOST e
129 os demais atores institucionais serão chamados a contribuir para a modelagem. O Sr. **Márley**
130 **Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou aos membros sobre a priorização dos temas
131 realizada na última plenária do CNRH, colocando como primeira prioridade a matéria
132 apresentada pela CTCOST e passou a palavra a Sra. **Rachel Landgraf (SRHU/MMA)**. A
133 Sra. **Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** informou aos membros a respeito da elaboração da
134 proposta da CTCOST, a qual, na verdade, era uma segunda versão da proposta original da
135 Câmara, apresentada ao plenário do CNRH, em março de 2008. A versão atual, apesar de
136 conter a mesma ementa da anterior, estava mais simplificada, pois o anexo, que continha a
137 metodologia de delimitação das zonas crítica, dinâmica e de influência, havia sido retirado.
138 Para esta nova versão, a CTCOST analisou os seguintes documentos: 1) “Considerações sobre
139 a proposta de resolução – CNRH, que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas
140 nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”,
141 encaminhado por um grupo de conselheiros durante a 22ª Reunião Extraordinária do CNRH,
142 em 4/6/2008 (o objetivo do documento foi “colocar para reflexão pontos fundamentais que
143 visam à melhoria e à correta aplicação do instrumento proposto”); e 2) proposta de
144 substitutivo, que estabelece diretrizes adicionais para a articulação entre o gerenciamento de
145 recursos hídricos e o gerenciamento costeiro, enviada pela Câmara Técnica do Plano Nacional
146 de Recursos Hídricos (CTPNRH), em 30/7/2008. Segundo a Sra. **Rachel Landgraf (SRHU/**
147 **MMA)**, a CTCOST não concordou com o substitutivo enviado pela CTPNRH, pois o
148 documento não acrescia ao já estabelecido pela Lei nº 9.433/97, que dispõe sobre articulação.
149 A CTCOST entende que o CNRH precisa ser realmente propositivo e inserir na deliberação
150 diretrizes para a concreta integração. Após a exposição da Sra. **Rachel Landgraf**
151 **(SRHU/MMA)**, foi dada uma pausa na discussão do item 4, sobre a proposta de resolução da
152 CTCOST, para ouvir o representante da assessoria parlamentar da ANA, em relação ao PL
153 4762/2009 citado no item 3. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** destacou
154 ao representante da Assessoria Parlamentar da ANA, Sr. Sebastião Carneiro, a preocupação
155 da CTIL em relação ao PL 4762/2009, em tramitação no Congresso Nacional. O Sr.
156 **Sebastião Carneiro**, representante da ANA, após breve relato de suas competências,

157 informou à CTIL sobre a tramitação do PL 4762/2009. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça**
158 **(SRHU/MMA)** agradeceu a participação e os esclarecimentos do Sr. Sebastião Carneiro na
159 reunião e comprometeu-se a enviar-lhe o email de todos os membros da Câmara, para que
160 eles recebam o informativo da Assessoria Parlamentar da ANA sobre a tramitação Projetos de
161 Lei. Retornou-se ao item 4. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** historiou
162 que a proposta da CTCOST foi enviada para a CTPNRH (Câmara Técnica do Plano Nacional
163 de Recursos Hídricos), a pedido do Plenário do CNRH, para apreciação e elaboração de
164 parecer. A CTPNRH, todavia, além de avaliar a proposta da CTCOST, elaborou uma
165 resolução alternativa. O Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** argumentou que a respeito da
166 proposta de resolução da CTCOST é necessário o tratamento do tema novamente pela
167 CTPNRH (Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos), uma vez que essa
168 câmara não realizou adequadamente o que foi solicitado pelo Plenário do CNRH, e deve
169 enviar, posteriormente, o parecer solicitado pelo o Plenário do CNRH, para análise. A Sra.
170 **Maria de Lourdes Santos (Indústrias)** argumentou que essa proposta de resolução da
171 CTCOST está confusa e solicitou esclarecimentos sobre o parecer enviado para a CTIL, pela
172 ANA. O Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** esclareceu que o parecer enviado pela ANA se
173 trata de um posicionamento da instituição, da mesma forma que foi defendido esse
174 posicionamento em plenária do CNRH. A Sra. **Neusa Maria Assis (Conselhos Estaduais de**
175 **Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo)** destacou que a proposta de resolução da
176 CTCOST se trata de uma resolução que define “como” pode ser realizado o gerenciamento
177 dos recursos hídricos costeiros, ao invés de “o que” fazer com esse gerenciamento. A Sra.
178 **Sonáli Oliveira (Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica)** expressou que
179 ao CNRH compete formular a PNRH e neste contexto estabelecer diretrizes complementares
180 para a sua implementação, aplicação de seus instrumentos e atuação do SINGREH e que à
181 ANA cabe implementar essa política. Desta forma, ponderou para os demais membros da
182 CTIL, que seria mais adequado que o CNRH estabelecesse tais diretrizes que, inclusive,
183 embasaram e subsidiariam o trabalho de consultoria que está sendo contratado pela ANA. O
184 Sr. **Robson Santiago (Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará)**
185 informou que o governo federal não tem condições para uma fiscalização adequada e sugeriu
186 que houvesse articulação entre os governos estaduais e federal, uma vez que essa articulação é
187 de fundamental importância. A Sra. **Maria de Lourdes Santos (Indústrias)** comentou que o
188 fato de haver um conflito entre a proposta de resolução da CTCOST e o que foi solicitado à
189 CTPNRH, uma vez que não se sabe de quem é a competência de realizar a gestão dessas áreas
190 e não houve um consenso entre as duas câmaras, já se evidencia um grave problema. O Sr.
191 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou que a CTPNRH vai manifestar-se
192 ao Plenário do CNRH sobre o que foi solicitado e não cabe a CTIL analisar o mérito. O Sr.
193 **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** apresentou duas considerações: a análise do mérito está
194 prejudicada e que a CTPNRH não executou o que lhe foi pedido pelo Plenário do CNRH,
195 dessa forma não deveria entrar na pauta da CTIL; e que a implantação do plano será
196 financiada pela ANA, devendo ser levada em consideração a questão financeira. O Sr. **Carlos**
197 **Hugo Suarez (Ministério da Justiça)** informou que se trata de um trabalho da CTCOST e
198 não cabe à CTIL decidir. Primeiro, deve-se verificar a proposta nos aspectos formais e
199 institucionais e depois realizar sua análise, não existindo impedimento do encaminhamento
200 para envio da proposta ao CNRH, após sua apreciação pela CTIL. O Sr. **Fred Crawford**
201 **(Ministério dos Transportes)** voltou ao caso da Bacia Itajaí-Açu (SC), destacando que
202 existem trechos federais em rios que são estaduais e solicita que seja realizada uma consulta à
203 Assessoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente a respeito do tema. Destacou a
204 importância da análise do plano de bacia para o gerenciamento dos recursos hídricos
205 costeiros. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** sugeriu a todos que fossem
206 apresentados encaminhamentos. O Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** apresentou proposta
207 de encaminhamento que, em razão de a CTPNRH não ter elaborado o parecer conforme
208 solicitado pelo Plenário do CNRH, a proposta de resolução deve retornar à CTPNRH para que

209 seja feito o parecer. Não se deve realizar a análise nessa reunião, devendo retornar para a
210 CTPNRH e, posteriormente, à CTCOST para suas correções, sem analisar o mérito. O Sr.
211 **Carlos Hugo Suarez (Ministério da Justiça)** fez proposta de encaminhamento de análise da
212 proposta, e em caso de algum problema na proposta de resolução, que ela retorne à CTCOST,
213 caso contrário, que siga ao Plenário. A Sra. **Maria de Lourdes Santos (Indústrias)** destacou
214 que não se sente confortável para aprovar essa proposta da maneira como ela foi apresentada e
215 da importância do consenso entre as duas câmaras, apoiando a proposta do representante da
216 ANA. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** colocou as propostas
217 apresentadas em votação: Proposta 1 – não analisar a matéria nessa reunião, retorno da
218 proposta para a CTPNRH para elaboração de parecer, conforme solicitado pelo Plenário e
219 posterior retorno da proposta para a CTIL, para que possa ser analisada; Proposta 2 – a CTIL
220 analisará a proposta de acordo com sua competência. Foi aprovada a Proposta 2, com 8 votos
221 a favor. A proposta 1 obteve 3 votos (ANA, Indústria e Ministério dos Transportes) e houve 2
222 abstenções (SRHU e Organizações de Ensino e Pesquisa). O Sr. **Fred Crawford (Ministério**
223 **dos Transportes)** solicitou o seguinte registro em ata: “votei contra a apreciação da proposta
224 nesse momento, uma vez que entendo que a dominialidade desses trechos não está bem
225 definida, tendo repercussão em outorgas, na formação dos comitês e nos planos de bacia.
226 Deveria ser primeiro verificada na CTCOST e CTPNRH, e até na CTPOAR, a questão da
227 dominialidade, para, posteriormente, se votar a proposta.” Foi dada continuidade à análise da
228 proposta da CTCOST. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** questionou se
229 existe algum aspecto legal ou institucional a ser levantado em relação à proposta de resolução
230 da CTCOST. O Sr. **Fred Crawford (Ministério dos Transportes)** comentou que a
231 Resolução nº 17 do CNRH está sendo revista e que ela não faz menção à zona costeira. Disse
232 que a proposta da CTCOST deve ser tratada no âmbito dessa Resolução. A Sra. **Rachel**
233 **Landgraf (SRHU/MMA)** informou que a CTCOST analisou a Resolução do CNRH nº 17 e
234 considerou que a proposta atual não deveria estar nela inserida. A proposta atual seria
235 complementar à 17. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consultou à
236 Câmara quanto ao parecer favorável à proposta em relação aos aspectos legal. O Sr. **Fred**
237 **Crawford (Ministério dos Transportes)** destacou que não estava de acordo com esses
238 aspectos legais e institucionais e que deveriam ter 8 dispositivos, no mínimo, que são os
239 contidos no artigo 7ª da Lei 9433/97. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)**
240 informou que a sugestão do Sr. **Fred Crawford (Ministério dos Transportes)** se refere ao
241 mérito, não se tratando de aspectos legais e institucionais. Em seguida, a Câmara manifestou-
242 se favoravelmente à aprovação da proposta tendo em vista seus aspectos legais e
243 institucionais. Iniciaram-se as discussões a respeito do texto da proposta de resolução
244 apresentada pela CTCOST. O Sr. **Carlos Hugo Suarez (Ministério da Justiça)** sugeriu que
245 fossem retiradas da resolução as datas referentes à publicação no DOU. Não havendo
246 consenso sobre a proposta, o Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** a colocou
247 em apreciação, tendo ela sido aprovada com 7 votos a favor, 3 votos contrários e 3
248 abstenções. O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** questionou se existe
249 consenso entre os participantes presentes em trocar o termo ecológico por ambiental no texto
250 da proposta da CTCOST. A Sra. **Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** sugeriu uma proposta
251 para solucionar a questão da substituição dos termos ecológico e ambiental, o que foi
252 aprovado pelos membros da CTIL. A Sra. **Maria de Lourdes Santos (Indústrias)** destacou
253 que as definições na proposta de resolução da CTCOST devem estar de acordo com leis
254 previamente publicadas e caso se encontre alguma discordância, devem elas ser reanalisadas
255 ou modificadas. A Sra. **Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** informou que a CTCOST realizou
256 pesquisa prévia para realizar as definições estabelecidas na proposta de resolução. O Sr.
257 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** encaminhou que, caso haja discordância
258 com outra lei ou norma regulamentar, faz-se necessário realizar as correções necessárias. Foi
259 estabelecido que, no prazo de uma semana, caso seja identificado algum termo da proposta
260 que esteja em desacordo com alguma lei, decreto ou resolução de colegiado em vigor, que

261 essa definição ou termo seja enviado à Secretaria Executiva para as devidas alterações
262 necessárias. O Sr. **Fred Crawford (Ministério dos Transportes)** sugeriu que fosse analisada
263 a Lei 8617/93, para se verificar a questão do mar territorial e da bacia hidrográfica. A Câmara
264 encaminhou pela supressão das alíneas “a”, “b” e “d” do artigo 2º da proposta de resolução
265 para melhor entendimento da proposta. O Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** questionou o
266 artigo 3º da proposta de resolução, que não estipula limites mínimos e máximos para a
267 definição que consta na proposta de resolução, além do que necessita ser especificado. O Sr.
268 **Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade**
269 **de Lazer e Turismo)** questionou ao Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** se o item V, do
270 artigo 3º, da proposta de resolução, não esclarece seu questionamento. O Sr. **João Climaco**
271 **(ONG)** defendeu que o objetivo da resolução é que na operacionalização de recursos hídricos
272 se tenha elementos definidores e norteadores nas regiões costeiras e destacou que a discussão
273 está baseada em interesses econômicos de cada instituição. O Sr. **Márley Caetano de**
274 **Mendonça (SRHU/MMA)** solicitou que fossem realizadas propostas de encaminhamento. O
275 Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** apresentou proposta de encaminhamento para que a
276 proposta de resolução da CTCOST retorne à CTCOST para que sejam estabelecidos critérios
277 mínimos e máximos, observadas as particularidades e delimitação das zonas críticas e
278 dinâmicas de influência, sem desconsiderar os aspectos econômicos, sociais e ambientais das
279 bacias. A Sra. **Rachel Landgraf (SRHU/MMA)** disse que o solicitado estava na proposta
280 original, nos anexos, e havia sido retirado exatamente porque a CTPNRH considerou que
281 engessava as ações dos estados, órgãos gestores. Da forma atual, cada plano pode ser
282 adequado às realidades regionais. A integração passa a ser gradual, respeitando a capacidade
283 de cada região. O Sr. **João Climaco (ONG)** argumentou que essa proposta atual do
284 representante da ANA já foi apresentada anteriormente, cabendo uma consulta à ANA para
285 verificar a sua pretensão. A Sra. **Sonáli Oliveira (Concessionárias e Autorizadas de**
286 **Geração Hidrelétrica)** propôs que na redação dos itens “d” e “e” do artigo 3º fossem
287 consideradas as demais causas antrópicas e naturais, a fim de que se conhecesse o leque de
288 ações (antrópicas e naturais) que interferem e o foco não permanecesse apenas nos
289 reservatórios e correntes marinhas. A proposta foi aprovada e a alteração foi feita pelos
290 membros da CTIL, que resultou na junção dos itens “d” e “e” do artigo 3º. O Sr. **Márley**
291 **Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** colocou em votação a proposta do Sr. **Maurício**
292 **Abijaodi Lopes (ANA)** que propõe o retorno da proposta para a CTCOST para as adequações
293 necessárias supracitadas, esclarecendo que, em caso de não aprovação dessa proposta do
294 representante da ANA, a proposta de resolução da CTCOST, cuja análise foi finalizada pela
295 CTIL, será encaminhada para apreciação do Plenário do CNRH. Houve 3 votos favoráveis
296 (ANA, Indústrias e Ministério dos Transportes) à proposta do Sr. **Maurício Abijaodi Lopes**
297 **(ANA)** e 5 votos contrários (Irrigantes, Conselho Estadual SP-RJ, Conselho Estadual BA-CE,
298 Comitês, ONG), com 2 abstenções (SRHU e Concessionárias). Dessa forma, a proposta será
299 encaminhada ao Plenário do CNRH para apreciação. Fim do primeiro dia de reunião. Item 5 –
300 Processo nº 02000.002594/2008-84: Definição de Curso D’Água. Assunto: Análise do
301 Ofício nº 24/2008CTCT/CNRH/MMA, encaminhado pela Câmara Técnica de Ciência e
302 Tecnologia – CTCT O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou que
303 não foi possível se reunir com o Sr. Nilo Sérgio Diniz (Diretor do Conama), conforme
304 encaminhamento na última reunião da CTIL, por motivo de incompatibilidade de agenda, e
305 que tentará realizar esse reunião brevemente. Item 06 – Apresentação do foco de trabalho
306 para integração dos temas “Água e Florestas” O Grupo de Trabalho Água e Floresta
307 apresentou ofício solicitando maior tempo para apresentação do documento causalidade, com
308 data provável para a próxima reunião, o que foi aprovado. Item 7 – Processo nº
309 02000.002025/2008-39: Revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional de
310 Recursos Hídricos; Assunto: Continuidade de Revisão do regimento Interno do CNRH.
311 Foram retomados os trabalhos de análise da proposta de regimento interno a partir do art. 39,
312 tendo-se avançado até o art. 46. Em razão das discussões realizadas acerca do art. 47 (último

artigo do regimento), a CTIL delegou ao Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** e ao Sr. **Carlos Hugo Suarez (Ministério da Justiça)** a incumbência de apresentarem uma proposta de redação para aquele dispositivo, a ser apreciada na próxima reunião da Câmara. O regimento interno, contendo as alterações procedidas na reunião, encontra-se em anexo (Anexo 2). **Item 8 - Assuntos gerais:** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** consultou se havia alguma inscrição para esse item, não havendo manifestações. O Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** agradeceu a presença de todos na ANA para a realização da 110ª reunião e disponibilizou o local para futuras reuniões.

RESUMO DA REUNIÃO

Item 2 - O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** foi eleito para a presidência da CTIL para o mandato de 2009/2010.

Item 3 – A ata da 109ª reunião da CTIL foi aprovada. **Encaminhamento:** Ao final de cada ata, será inserido o resumo dos encaminhamentos e dos itens decididos nas reuniões.

Item 4 – Foi realizado amplo debate a respeito da análise da proposta de resolução da CTCOST. Alguns itens foram modificados para melhor atender aos aspectos legais e institucionais. A proposta de resolução da CTCOST foi aprovada pela CTIL em seus aspectos legais e institucionais. **Encaminhamento 1:** Caso seja identificada alguma definição contida na proposta de resolução que esteja em desacordo com lei, decreto ou resolução de colegiado, que seja enviado à Secretaria Executiva para as devidas alterações necessárias, no prazo máximo de uma semana. **Encaminhamento 2:** Aprovação da proposta de resolução da CTCOST e envio para apreciação do CNRH.

Item 5 – Por motivo de incompatibilidade de agenda, não foi possível realizar a reunião junto ao CONAMA. **Encaminhamento:** O Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** tentará novamente reunião com o Sr. Nilo Sérgio, Diretor do CONAMA.

Item 6 – O grupo de trabalho Água e Floresta solicitou maior prazo para apresentação das conclusões, tendo sido concedido até a próxima reunião da CTIL.

Item 7 - Foram retomados os trabalhos de análise da proposta de regimento interno a partir do art. 39, tendo-se avançado até o art. 46. **Encaminhamento:** O Sr. **Carlos Hugo Suarez (Ministério da Justiça)** e o Sr. **Maurício Abijaodi Lopes (ANA)** elaborarão proposta de redação para o artigo 47, a ser apreciada na próxima reunião da CTIL.

A próxima reunião da CTIL foi pré-agendada para os dias 18 e 19 de agosto de 2009, com início às 09h00 do primeiro dia. Às 17h00 do dia 30 de junho de 2009, o Presidente da CTIL agradeceu à presença de todos e encerrou os trabalhos da 110ª reunião da CTIL.

Ata aprovada na ____ Reunião da CTIL, realizada nos dias _____.

Márley Caetano de Mendonça
Presidente

Rosângela de Souza Santos
Guilherme Alves da Silva Neto
Relatores